



**PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 1222/2025.**

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025

Processo nº: 0895373-80.2024.8.19.0001,  
ajuizado por

Trata-se de demanda judicial com objetivo de fornecimento dos medicamentos **insulina degludeca** (Tresiba®) e **insulina asparte** (Novorapid®).

Observa-se que para a presente ação foi emitido o **PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 3434/2024**, elaborado em 28 de agosto de 2024 (fls. 46 a 50), no qual foram esclarecidos os aspectos relativos à indicação e ao fornecimento no âmbito do SUS, do medicamento descrito acima, para o tratamento das condições clínicas da Autora – **Diabetes Mellitus**.

Inicialmente cumpre informar que a **classificação do diabetes mellitus (DM)** permite o tratamento adequado e a definição de estratégias de rastreamento de comorbidades e complicações crônicas. A Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD) recomenda a classificação baseada na etiopatogenia do diabetes, que compreende o **diabetes tipo 1 (DM1)**, **o diabetes tipo 2 (DM2)**, **o diabetes gestacional (DMG)** e **os outros tipos de diabetes**.

Destaca-se que no primeiro laudo anexado emitido em 18 de junho de 2024, pelo médico \_\_\_\_\_, em impresso do Centro Médico Valqueire (Num. 132872770 - Pág. 2), **não houve menção** ao tipo de **diabetes mellitus** que acomete a Autora. Todavia o médico relata uma patologia de difícil controle, cuja qual a Autora já faz uso de insulina.

Após a emissão do referido parecer, foi acostado um novo documento médico (Num. 169864415 - Pág. 1), datado de 20 de dezembro de 2024, **no qual o médico assistente ratifica as informações descritas no documento anterior, ainda sem classificação da diabetes e sem informação sobre o uso da insulina NPH fornecida pela atenção básica**.

Neste caso, cabe informar que no novo documento médico anexado, **não foram acrescidos dados que modificassem as informações já apresentadas**. Dessa forma, reiteram-se na íntegra as informações fornecidas no **PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 3434/2024**.

Posto isto, vamos as seguintes atualizações do Estado do Rio de Janeiro ao seu fornecimento.



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica  
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Em relação as **insulinas análogas de ação prolongada** (grupo da insulina pleiteada **degludeca**) insta informar que estas **foram incorporadas ao SUS** para o tratamento do **diabetes mellitus tipo 1**<sup>1</sup>. Conforme Tabela Unificada do Sistema de Gerenciamento de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP<sup>2</sup> consta **Insulina análoga de ação prolongada de 100UI/mL – (06.04.78.005-2)** perfazendo o **grupo de financiamento 1A** do referido componente: *medicamento com aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde e fornecidos às Secretarias de Saúde dos Estados*<sup>3,4</sup>.

- Os critérios de acesso foram definidos no **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)**<sup>5</sup> **diabete melito tipo 1**, segundo Portaria Conjunta SAES/SCTIE/MS nº 17, de 12 de novembro de 2019 (tal PCDT<sup>6</sup> **encontra-se em atualização** pela Comissão Nacional de Incorporação de tecnologias no SUS).

Assim, o Ministério da Saúde disponibiliza a **insulina análoga de ação prolongada**, por meio da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ), por intermédio do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) para o tratamento do diabetes mellitus tipo 1 (DM1). Acrescenta-se que o **cadastro para a solicitação do medicamento insulina análoga de ação prolongada já está sendo aceito para as CIDs-10 E10.1, E10.2, E10.3, E10.4, E10.5, E10.6, E10.7, E10.8, E10.9, E10.0.**

Para o acesso à **insulina análoga de ação prolongada ofertada pelo SUS**, estando a Autora dentro dos **critérios para dispensação do protocolo acima citado**, deverá **efetuar cadastro** junto ao CEAF, comparecendo à **RIOFARMES – Farmácia Estadual de Medicamentos Especiais**, situada à Rua Júlio do Carmo, 175 – Cidade Nova (ao lado do metrô da Praça Onze) 2ª à 6ª das 08:00 às 17:00 horas. (21) 98596-6591/ 96943-0302/ 98596-6605/ 99338-6529/ 97983-3535, munida da seguinte documentação: **Documentos pessoais:** Original e Cópia de Documento de Identidade ou da Certidão de Nascimento, Cópia do CPF, Cópia do Cartão Nacional de Saúde/SUS e Cópia do comprovante de residência. **Documentos médicos:** Laudo de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos (LME), em 1 via, emitido a menos de 90 dias, Receita Médica em 2 vias, com a prescrição do medicamento feita pelo nome genérico do princípio ativo, emitida a menos de 90 dias.

Neste caso, o **médico assistente deve observar que o laudo médico será substituído pelo Laudo de Solicitação, avaliação e autorização de medicamentos (LME)**, o qual deverá conter a descrição do quadro clínico da paciente, menção expressa do diagnóstico, tendo como referência os critérios de inclusão previstos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde, bem como os exames exigidos no PCDT, quando for o caso.

<sup>1</sup>Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC. Portaria Nº 19 de 27 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/relatorios/portaria/2019/portariasctie-18-19.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

<sup>2</sup>SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS – SIGTAP. Disponível em: <<http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

<sup>3</sup>Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1554, de 30 de julho de 2013. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1554\\_30\\_07\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1554_30_07_2013.html)>. Acesso em: 27 mar. 2025.

<sup>4</sup>Ministério da Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME 2024). Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao\\_nacional\\_medicamentos\\_2024.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_nacional_medicamentos_2024.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2025.

<sup>5</sup>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada À Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Portaria Conjunta SAES/SCTIE/MS nº 17, de 12 de novembro de 2019. Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Diabetes Mellitus Tipo 1. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/portaria-conjunta-pcdt-diabete-melito-1.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

<sup>6</sup>BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde. PCDT em elaboração. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-de-tecnologias-em-saude/pcdt-em-elaboracao-1>>. Acesso em: 27 mar. 2025.



Subsecretaria Jurídica  
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Sem mais a contribuir, no momento, estando este Núcleo à disposição para outras eventuais elucidações.

**É o parecer.**

**Encaminha-se ao 2º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado Rio de Janeiro, o processo supracitado em retorno, para ciência.**

**MILENA BARCELOS DA SILVA**

Farmacêutica  
CRF- RJ 9714  
ID. 4391185-4

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**

Assessor-chefe  
CRF-RJ 10.277  
ID. 436.475-02